

A importância da centralidade urbana para a mobilização social

Stefanie Berenschot Pereira

Introdução

A cidade contemporânea abriga a grande maioria da população mundial, sendo que no Brasil cerca de 80% da população vive em cidades¹. A presente análise dedica-se a analisar a importância desta conformação espacial tão importante ao desenvolvimento do capitalismo para a reprodução dos movimentos sociais. A tessitura desta análise se dá a partir na noção de centralidade abordada por H. Lefebvre enquanto essência das cidades.

Ao longo da análise preocupamo-nos em caracterizar primeiramente a importância das cidades enquanto força produtiva, instrumento na reprodução do capital. A partir daí então propomos que dialeticamente a centralidade que promove o capital também pode promover o encontro, a sociabilidade, que por sua vez pode levar a contestação do capital e de outras formas de opressão (gênero, étnica, ecológicas, etc.). Esta contestação se dá majoritariamente nos movimentos sociais, nas formas de ações coletivas que envolvem atores com interesses em comum que se propõe a uma luta essencialmente política.

A centralidade urbana, portanto, se mostra como fator decisivo para as mobilizações sociais, pois a cidade contemporânea reúne as decisões e as instituições políticas e econômicas, logo é ponto onde as lutas sociopolíticas são construídas e simultaneamente constroem o espaço.

A cidade e (re)produção do capital

A cidade enquanto elemento espacial e social precede o advento do sistema capitalista de produção. O capitalismo herda a configuração espacial da cidade diferenciada do campo de sistemas de produção que o antecederam. Contudo, o que se pretende analisar aqui é fundamentalmente o fato de o capitalismo ter encontrado na cidade o meio mais fértil pra sua reprodução.

O capital produtivo que configurou o primeiro estágio do capitalismo necessitava (necessita) da aglomeração dos meios de produção e da força produtiva. A cidade se mostra então como espaço propício a esse capital, pois ela se caracteriza por essa fluência de pessoas e objetos. Desta forma, no entorno das indústrias que se formavam no início do período capitalista da história nasciam novas cidades, que por sua vez atraíam novas indústrias.

A cidade que precede o sistema capitalista de produção tem funções bastante diferentes daquelas que caracterizam a cidade burguesa. A primeira tem suas funções ligadas principalmente ao comércio, à religião ou ainda se constrói com objetivo de defesa. Já sob o capital a cidade passa a concentrar a atividade produtiva, anteriormente ligada ao campo.

“O espaço produtivo, propriamente dito, é cada vez mais a cidade, onde também as populações humanas se concentram mais. A cidade se torna ainda o meio de trabalho para a maior

¹ Segundo o Censo de 2000 cerca de 138 milhões de pessoas vivem em áreas urbanas no Brasil, contra 32 milhões em áreas rurais. Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000, Resultados do Universo, População Residente, por situação de domicílio.
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>>

parte da população ativa e o meio de existência para a maior parte das pessoas.” (SANTOS, 1994, p.119)

Há que se considerar também que a cidade burguesa já não é a mesma que a cidade feudal, constrói-se em outros espaços. As indústrias sendo o “gérmen” da cidade no capitalismo, promovendo no seu entorno a aglomeração de pessoas e objetos, configuram então uma cidade totalmente nova, sendo que poucas cidades feudais remanesceram no capitalismo. Dentre as antigas cidades só resistiram as que se reestruturaram em prol da indústria

A concentração promovida inicialmente pela indústria toma maiores proporções à medida que a produção crescente de bens promove também um crescimento nas necessidades de consumo que estimularão ainda mais o crescimento da cidade. Castells (2000) lembra que a indústria, embora tenha impulsionado o crescimento da cidade moderna burguesa, não é o único fator que propiciará o pleno desenvolvimento da sociedade capitalista nas cidades. Desta forma, há que se considerar também outros fatores gestados na formação dessas cidades que contribuíram imensamente para a afirmação da classe burguesa:

“Com efeito, a constituição da mercadoria enquanto engrenagem de base do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação dos interesses econômicos e sociais sobre um espaço mais vasto, a homogeneização do sistema institucional, ocasionam a irrupção da conjunção de uma forma espacial, a cidade, e da esfera de domínio social de classe específica: a burguesia” (CASTELLS, 2000, p.45)

A cidade burguesa complexifica-se à medida que o capital também apresenta diversas configurações. O capital produtivo ainda é importante na estruturação do capitalismo e conseqüentemente na produção do espaço, contudo ele passa a dividir importância com os capitais imobiliário e principalmente com o financeiro.

O capital imobiliário tem influência direta na estruturação da cidade como a conhecemos hoje. Muito embora a cidade na escala regional seja um ponto de aglomeração que exerce centralidade com relação ao campo, internamente ela se mostra extremamente diferenciada e o capital imobiliário tem papel fundamental nesta estrutura. É ele que permite as diferenciações de valoração que definem *a priori* as possibilidades de habitação e caracterizam os espaços de acordo com funções econômicas. A esse respeito Smith (1988) cita Marx:

“Todo observador sem preconceitos vê, afirma ele, que quanto maior for a centralização dos meios de produção, maior será o correspondente amontoamento dos trabalhadores num dado espaço; que quanto mais rápida a acumulação capitalista, mais miseráveis serão as habitações da classe trabalhadora.” (MARX *apud* SMITH, 1988, p.195)

Esta diferenciação do espaço intra-urbano tornar-se-á o fator de grande importância para o argumento contido no presente artigo. A aglomeração promovida pelo capital produtivo e posteriormente a fragmentação resultante da ação do capital imobiliário serão tratados com maior especificidade mais adiante para justificar a importância da cidade como “fator cimentante” dos movimentos sociais.

Cidade enquanto aglomeração

A cidade, dentro do modo capitalista de produção, é tal como a mão de obra e os meios de produção, também uma força produtiva. A sua configuração é caracterizada essencialmente pela aglomeração dos objetos no espaço. A teoria econômica denomina tal fenômeno de “economia de aglomeração”, segundo o qual o capital produtivo reproduz-se mais dinamicamente quando aglomerado, pois é facilitado pela oferta de recursos que abastecem as diversas indústrias. Tais recursos como mão de obra, oferta de vias de circulação e de energia elétrica são fundamentais para a indústria e são oferecidas mais densamente nas áreas urbanas.

É fundamentalmente por apresentar a aglomeração como característica que a cidade se configura como força produtiva. O espaço, na figura da cidade, opera enquanto força produtiva de importância para a reprodução do capital à medida que dá condições para a dinâmica do capital produtivo.

Como já abordamos, no bojo da impulsão do capital produtivo na cidade, há também a promoção do capital imobiliário, este impensável sem o espaço e estreitamente ligado a cidade. Desta forma, a cidade também se caracteriza enquanto força produtiva para o capital imobiliário.

O sistema capitalista de produção apresenta no seu desenvolvimento uma tendência a urbanização dos espaços. Conforme o capitalismo atinge os lugares passa a dar a eles certa urbanidade. Isso se pode dizer inclusive do campo, que muito embora não se torne cidade, é urbanizado por meio da modernização da agricultura e principalmente com o agronegócio.

Em especial a agroindústria contribui para a aglomeração urbana, e isso se dá à medida que a grande maioria dos pequenos produtores perde espaço no campo e passa a lograr empregos na cidade. Desta forma, o capital demonstra de forma incisiva o seu caráter concentrador: Quando incorpora a agricultura “esvazia” o campo e “infla” as cidades.

“Se a centralização social é a centralização do valor de troca em mãos de cada vez menos pessoas, a centralização espacial é a centralização física dos valores de uso. A centralização social do capital tanto produz quanto exige uma certa centralização do capital e, na escala do capital individual, isto fornece o impulso inicial para a diferenciação geográfica das condições e níveis de produção” (SMITH, 1988, p.180)

E seu texto, Smith lembra ainda que a concentração se dá também qualificando espaços enquanto ricos e pobres. A cidade concentra riqueza, mas entre as cidades há uma hierarquia que as diferencia em níveis de importância, e há também diferenciações no espaço intra-urbano. A aglomeração no urbano existe, porém de forma a estabelecer hierarquia entre os espaços e a fragmentá-lo.

Sociabilidade na cidade

A aglomeração característica dos ambientes urbanos não é fecunda apenas para a reprodução do capital. Esta forma espacial apresenta-se enquanto possibilidade de relações entre as pessoas e os objetos que estas relações produzem. Trata-se, portanto de uma dialética espacial, pois o espaço (cidade) produz as relações (sociabilidade) e as relações produzem o espaço de forma simultânea.

Na análise que esboçamos anteriormente identificamos a cidade enquanto espaço que aglomera e fragmenta ao mesmo tempo. Neste impulso aglomerador e fragmentador a cidade promove a proximidade e a sociabilidade entre aqueles que ocupam o mesmo fragmento da cidade.

A classe trabalhadora ou a porção mais pobre da população encontra-se confinada a espaços pré-determinados pelo capital imobiliário. Desta forma, encontram-se próximos e aglomerados indivíduos que partilham de condições econômicas de exploração bastante semelhantes. O convívio diário e o partilhar de histórias semelhantes faz com que as pessoas construam identidades e conflitos entre si. A comunicação se produz intensamente, conforme afirma Santos citando Rodrigues:

“na experiência comunicacional, intervêm processos de interlocução e de interação que criam, alimentam e restabelecem os laços sociais e a sociabilidade entre os indivíduos e grupos sociais que partilham os mesmos quadros de experiência e identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado comum” (RODRIGUES *apud* SANTOS, 2008, p.316)

Há que se destacar que não se trata de afirmar que necessariamente todos os trabalhadores citadinos se associarão em prol de uma causa, mas sim que a aglomeração destes indivíduos potencializa a sua identificação e possivelmente a sua mobilização. Lênin, ao analisar a tática do proletariado enunciada em “A miséria da Filosofia” de Marx, define o importante papel da aglomeração urbano-industrial para a realização da mobilização entre os trabalhadores:

“A primeira [tese de Marx] está assim enunciada: “A grande indústria concentra num só lugar uma multidão de pessoas entre si desconhecidas. A concorrência divide-os em função dos seus interesses. Mas a continuidade do salário, esses interesse comum que têm contra o seu patrão, reúne-os num mesmo pensamento de resistência-coligação... As coligações primeiramente isoladas formam-se em grupos, e, face ao capital sempre reunido, a subsistência da associação torna-se mais importante para eles que a do salário...” Nesta luta – verdadeiramente guerra civil – reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários à batalha por vir. Uma vez chagada a este ponto, a associação toma caráter político. “Temos aqui o programa e a tática da luta econômica e do movimento sindical para dezenas de anos, para todo o longo período de preparação das forças do proletariado”. (LENIN, 2008, p.48)

A centralidade como característica do urbano se revela enquanto potencialidade de aglomeração e sociabilidade entre os indivíduos que partilham da mesma realidade. No ambiente urbano é que se realiza a exploração do capital por meio da grande indústria. Esta por sua vez, necessita enquanto motor para o seu desenvolvimento a concentração da mão de obra – entre outros fatores locais. A partilha do mesmo espaço e a identificação no outro um semelhante na exploração pelo capital pode gerar a mobilização necessária à constituição do movimento social.

Centralidade em Henri Lefebvre

“Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na *centralidade*”. Assim, H. Lefebvre (1999b, p.110) inicia a sua análise sobre a centralidade no urbano e o seu conteúdo dialético. Para Lefebvre a centralidade do urbano e sua simultaneidade configuram a característica mais importante da cidade.

“O urbano é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano. Todavia, ele é mais e outra coisa que a acumulação. Enquanto diversos, os conteúdos (coisas, objetos, pessoas, situações) excluem-se, e se incluem e se supõem enquanto reunidos. Pode-se dizer que o urbano é forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não-objeto, supraconsciência e totalidade das consciências. (LEFEBVRE, 1999b, p.112)

A centralidade abordada por Lefebvre nos leva a pensar sobre as possibilidades que essa forma (cidade) permite aos seus mais diversos conteúdos. Simultaneamente na cidade tanto o capital quanto a contestação que se opõe a ele encontram meio fecundo para a sua profusão. Até aqui abordamos a essencialidade da aglomeração urbana para a reprodução do capital, contudo há que se analisar também as possibilidades que tal aglomeração, fruto da centralidade urbana oferecem à oposição ao capital.

Os conteúdos distintos que a cidade centraliza e aproxima dialeticamente acabam por fragmentar o espaço e promover a segregação. É o que o autor aponta como policentralidade, onde o centro se rompe e se dispersa.

O urbano por sua vez torna possível o encontro. Centralizando a produção, as relações e as decisões o urbano possibilita a mudança, a transformação que advém da consciência. O acesso a centralidade, ao urbano, Lefebvre chama de “direito à cidade”, no justo sentido de direito ao encontro, à participação política. Há aqui um importante ponto a se destacar: a segregação sócio-espacial típica as cidades contemporâneas é um produto de estratégias de classe para a compartimentação do espaço e a sua apropriação desigual, que confere maior ou menor prestígio aos fragmentos em questão. Essa fragmentação não pode ser pensada como sendo algo externo a essência da urbanidade capitalista. Esta essência se dá hoje pela atuação do capital sobre a cidade. É assim que as cidades e o urbano se organizam na atualidade.

O espaço fragmentado é característica da cidade construída pelo capitalismo. A centralidade como possibilidade do encontro existe, porém não se efetiva, pois a segregação espacial não permite a todos o encontro. A contradição se dá na oferta do encontro e na sua negação, fruto da segregação sócio-espacial.

Movimento Social e centralidade

A mobilização social, seja ela de que gênero for, não se realiza a menos que aja um grupo de indivíduos que se relacione de alguma forma e se identifique diante de algo que os inquieta e que motiva a mobilização. A idéia central do presente trabalho é justamente afirmar que, tendo por base o fato de que a mobilização social depende do estabelecimento de relações entre os indivíduos e a sua identificação, a centralidade exercida pela cidade apresenta importância determinante para o florescimento e/ou a organização dos movimentos sociais.

A cidade, tendo enquanto característica a possibilidade do encontro propicia a mobilização das pessoas contra aquilo que as oprime. Por outro lado pode-se justificar que tal afirmativa é contraditória, pois a mesma cidade que propiciaria o encontro é o espaço onde se realiza a opressão contra a qual os grupos se rebelam, ou seja, se a centralidade não existisse com toda a sua a possibilidade de aglomeração, propicia ao capital, jamais seria necessário que houvesse alguma rebelião contra o capital.

Analisemos mais cuidadosamente esta contradição. De fato, a cidade capitalista reproduz uma realidade bastante opressora, dando razão a deflagração de uma série de mobilizações de resistência a essa opressão. Contudo, se não houvesse a cidade capitalista nenhum destes problemas existiriam e a possibilidade do encontro que ela oferece seria dispensável do ponto de vista político. Não havendo encontro não há conflito com o diverso.

O que nos ateremos agora é à importância desta contradição para a emancipação do homem. O movimento de concentração da população nas cidades se dá de maneira bastante violenta removendo as pessoas do campo e as aglomerando nas cidades. Além disso, a forma como estas pessoas de condições econômicas desfavorecidas se alojam nas cidades é ainda mais violento a dignidade humana em grande parte dos casos. Entretanto, a exposição a uma nova realidade e um novo espaço, cercado por aqueles que sofreram o mesmo processo, produz a possibilidade de uma nova consciência, finalmente a emancipação. Esta nova consciência vai além da realidade antes vivida fora das contradições da cidade. Segundo Santos:

“Quanto mais instável e surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta. A consciência pelo lugar se superpõe à consciência no lugar. A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção da nova história” (SANTOS, 2008, p.330)

Pensando os gêneros de mobilização

Pode parecer, a primeira vista, que a cidade é importante apenas aos movimentos sociais que a ela se ligam na sua gênese, isto é, os movimentos urbanos. O que pretendemos apontar aqui é justamente a importância da cidade para outros grandes movimentos tais como o ambientalista, o trabalhista, o movimento de mulheres e até mesmo o movimento camponês.

A explicação para esse envolvimento e até mesmo certa dependência se liga a dois fatos muito importantes dentro das mobilizações. O primeiro deles é o estabelecimento de relações, de contatos, de comunicação, que dão início a identificação e posteriormente a mobilização. A cidade funcionaria como um “catalisador” das relações à medida que proporciona a proximidade. Mesmo que a centralidade da cidade não seja responsável pela gênese do movimento, a sua propagação se realizará por meio da cidade, pois é onde se encontram as pessoas, onde elas se aglomeram. Para o fortalecimento do movimento é necessário a adesão de grande número de pessoas, o que é mais fácil no ambiente urbano.

Pode-se argumentar que embora esta justificativa atinja o movimento ambientalista, o feminista, e o trabalhista ele não é o bastante para explicar o envolvimento dos movimentos camponeses com a cidade. Trata-se então de explorar o segundo ponto de importância das cidades para os movimentos sociais, que é válido também para o camponês: a cidade contemporânea é centro de decisões, centro político e econômico. Do ponto de vista organizativo a cidade se mostra indispensável aos

movimentos camponeses, sendo que muito embora o seu chamado “trabalho de base” se de nos ambientes rurais a sua sede se instala na grande maioria das vezes em áreas urbanas. Além disso, a cidade é onde se instalam as instituições políticas alvo das mobilizações, portanto para alcançá-las é necessário estar na cidade.

Para expormos de forma mais clara a importância da cidade na mobilização social faremos uso de uma sistematização metodológica realizada por Gohn (2006) para identificar as fases do movimento social, tentando relacioná-las à cidade de acordo com as características dos movimentos:

“De forma geral, podemos observar num movimento social as seguintes fases:

1. Situação de carência ou idéias e conjunto de metas e valores a atingir.
 2. Formação de demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias)
 3. Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno de demandas.
 4. Transformação das demandas em reivindicações
 5. Organização elementar do movimento
 6. Formulação de estratégias
 7. Práticas coletivas de assembleias, reuniões, atos políticos etc.
 8. Encaminhamento das reivindicações
 9. Práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo)
 10. Negociações com os opositores ou intermediários do movimento.
 11. Consolidação e/ou institucionalização do movimento.”
- (Gohn, 2006, p.266)

Com base nesta análise realizada por Gohn nos dedicaremos a pensar os gêneros de mobilização e em que “fase” do movimento este se liga à cidade. Para tanto destacaremos apenas sete pontos dos 11 elaborados. Há que se destacar, contudo a ressalva feita pela própria autora com relação às fases pontuadas por ela:

“É importante registrar que a caracterização acima não envolve uma visão etapista da realidade, como criticou Cardoso (1987). Nem etapista nem evolutiva, porque não há uma organicidade entre as fases. Elas poderão se sobrepor quando o movimento é originário de outro movimento social. Na prática não há linearidade de um esquema racional, porque os movimentos não são puros, autônomos, isolados, autodeterminados.” (Gohn, 2006, p.267)

A primeira fase apontada por Gohn – *Situação de carência ou idéias e conjunto de metas e valores a atingir* – ocorre na cidade para os movimentos urbanos. Isso se dá, pois estes movimentos têm a sua origem ligada a demandas urbanas, logo é a própria cidade que dá as bases para a constituição dos movimentos sociais urbanos. E justamente por serem urbanos para as demais fases apontadas pela autora também se realizam e dependem da estrutura do espaço urbano.

A terceira fase – *Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno de demandas* – se apresenta, para alguns movimentos sociais, vinculada a cidade de forma muito estreita. Para que os movimentos atinjam grande número de pessoas que

potencialmente se identificaram neles é necessário que as mobilizações se dirijam aos pontos de aglomeração. Desta forma, a centralidade da cidade que aglutina as pessoas facilita a difusão das idéias dos movimentos. A esta fase associamos também as fases sete – *Práticas coletivas, de assembléias, reuniões, atos políticos* – e nove - *Práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo)* – nas quais os movimentos têm na cidade um espaço que propicia atingir grande número de pessoas, tanto para a realização de práticas coletivas quanto para difusão de idéias.

Ligados às cidades nas fases citadas podemos apontar os movimentos político-partidário, sindical, de estudantes, de professores, ligados a questões de gênero (movimento das mulheres, de homossexuais), étnicos, pacifistas, ambientalistas, entre outros. Historicamente estes movimentos encontram possibilidade de real ampliação de da sua visibilidade e posteriormente a sua consolidação no espaço da cidade, desfrutando da possibilidade de encontro que ele propicia.

Os outros pontos que merecem destaque na presente abordagem são as fases cinco – *Organização elementar do movimento* – e dez – *Negociações com os opositores ou intermediários do movimento*. Nestes pontos em especial a cidade apresenta grande importância, pois nela concentram-se as instituições públicas as quais se dirigem as reivindicações elaboradas nas lutas sociais. As sedes dos movimentos quando estes estabelecem a sua organização elementar tendem a se localizar nos centros urbanos pela proximidade com as instituições e a facilidade de reunião dos participantes do movimento. Isto inclui também os movimentos camponeses, que apesar de ter a suas demandas ligadas ao campo encontram nas cidades a possibilidade de facilitar a sua organização bem como se aproximar das instituições às quais se direcionarão as suas reivindicações. Os demais movimentos já destacados também se incluem na dependência da cidade para a efetivação destas fases.

A cidade ao centralizar oferece a possibilidade de transformação contida no encontro dos semelhantes e do conflito com o diferente. Ao mesmo tempo em que a cidade é um símbolo da opressão do capitalismo ela pode oferecer condições para a reunião daqueles que contestam esta opressão e que ela mesma reuniu. A aglomeração na cidade traz em si um conteúdo dialético: reúne para oprimir e reunindo dá condições de emancipação.

Considerações Finais

Os movimentos sociais contêm em si um potencial de transformação da realidade que os cerca. E isso se refere não apenas as suas demandas e reivindicações, mas também no que diz respeito à construção da identidade dentro do grupo e da possibilidade de uma nova consciência criada dentro do espaço de lutas.

A solidariedade que se estabelece entre os indivíduos que atuam no movimento social é capaz de construir não só as transformações políticas objeto de sua mobilização, mas também se constroem a si mesmos dentro do movimento. Esta relação entre transformar e ser transformado se observa entre o espaço e a sociedade, de forma que ambos se constroem simultaneamente na práxis humana. Não é diferente no que se refere aos movimentos sociais e a cidade e é isto que buscamos apontar.

Os movimentos sociais são construídos contemporaneamente estabelecendo laços muito estreitos com a cidade de forma que ela contribui na sua formação e consolidação. Da mesma forma também o movimento social produz o espaço urbano. As reivindicações dos movimentos podem ser das mais diversas, contudo todos lutam por espaço político, pela possibilidade de encontrar-se, por desfrutar da centralidade

urbana. O atendimento de suas demandas necessita que as idéias dos movimentos atinjam o maior numero de pessoas, e estas se encontram nas cidades.

Da mesma forma, enquanto resistem formas de luta que reivindicam estes espaços centrais, mesmo sob a repressão presente de forma massiva nas cidades, o espaço é produzido por estas lutas. Quando não mais houver as reivindicações o “direito à cidade” se perderá por definitivo e talvez até a própria cidade, não mais reproduzida na sua essência enquanto centralidade, se extinguirá.

Bibliografia

- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 590p.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 383p.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991. 145p.
- _____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 a. 180p.
- _____. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999b. 178p.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **As Três Fontes**. São Paulo: Editora Expressão popular. 96p.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008. 384p.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: Natureza, Capital e a Produção de Espaço. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988. 250p.